

Veículo: O Liberal

Caderno/Coluna: Painei

Assunto: AL aprova propostas de produtores de Guajarina

Data: Sexta-Feira, 13 de março de 1998



A SSEMBLÉIA LEGISLATIVA APROVA PROPOSTAS DE PRODUTORES DA REGIÃO GUAJARINA. O DESAFIO É COLOCÁ-LAS EM PRÁTICA.

As lideranças políticas da região nordeste do Estado provaram ontem seu poder de mobilização. Conseguiram levar para a sessão especial da Assembléia Legislativa que debateu o tema "Política agrícola e assentamento rural" mais de 200 produtores e 24 dos 30 prefeitos que integram a Associação dos Municípios da Região Guajarina (Amug), além de vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais de Agricultura.

Os agricultores ocuparam as cadeiras populares e de honra e o plenário "Newton Miranda" para cinco horas de debates, reclamações, reivindicações e pleitos diversos. Improvisaram uma feira livre no salão de acesso ao plenário, expondo produtos como mamão, mandioca, farinha, laranja, maracujá, maxixe, feijão verde, jerimum, cupuaçu, abacaxi, cacau, banana, limão, tomate, pimenta, milho, feijão, queijo, açaí, pepino e coco, que foram doados à entidade assistencial Casa da Criança.

Propostas - Mas a mobilização foi uma pequena mostra do que políticos e agricultores da região pretendem. O prefeito de Paragominas, Sidney Rosa (PSDB), garante que, depois da sessão especial, a agricultura no Pará não será mais a mesma. A Amug encaminhou um documento à presidente e autora da sessão, deputada Lourdes Lima (PSDB), que deverá ser transformado em projeto de lei. Em uma rápida votação após a leitura dos itens, foram aprovadas pelos participantes todas as propostas.

São elas o reforço do orçamento do Estado para a agricultura; a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural; a municipalização do setor, com a criação de um fundo municipal também para desenvolvimento rural; aquisição de patrulhas mecanizadas com financiamento do Estado, por meio da antecipação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); valorização da pesquisa, treinamento do agricultor e fortalecimento da extensão rural e mais o direcionamento das políticas agrícolas por microrre-

giões, o que deverá ser feito através das associações de municípios e da Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri).

Somente uma proposta sofreu alteração. A Amug solicitava o uso de parte dos recursos da venda da Celpa para investimento na modernização da agricultura. O deputado Bira Barbosa (PMDB) decidiu definir o comprometimento de, no mínimo, R\$ 100 milhões para o setor. Prometeu dar entrada em requerimento na segunda-feira, 16, e disse esperar contar com a mesma mobilização para vê-lo aprovado, inclusive pela bancada governista. O apoio de prefeitos e trabalhadores rurais foi total à sua proposição.

Outros deputados também formularam propostas. A deputada Lourdes Lima pediu a inclusão, no documento, de redução do custo das sementes de algodão aos agricultores; Elza Miranda (PSDB) propôs que as prefeituras contratem técnicos para extensão rural que sejam credenciados junto ao Banco do Brasil; e Antônio Armando (PSDB) ressaltou a necessidade de que as léguas e limites dos municípios sejam de responsabilidade das prefeituras.

"Vago" - O discurso mais esperado, do secretário de Estado de Agricultura, Hildegardo Nunes, não trouxe novidades. Além do retrospecto do que vem sendo feito pela Sagri, enfatizou que o governo do Estado está trabalhando em uma política de desenvolvimento integrado. Ele exemplificou que ao orçamento deste ano para a agricultura - R\$ 20 milhões - devem ser somados os investimentos em infra-estrutura, como estradas, hidrovias, escolas e saúde. "O que está sendo cobrado aqui é amplo e vago. As propostas da Amug é que são concretas, compatíveis com a decisão do governo", disse.

Ele ressaltou que a Sagri está apostando na municipalização e na descentralização das ações como "caminho natural", porém precisam ser feitas com cuidado e "dentro de uma política integrada com o Estado, que deve dar o rumo". Hildegardo observou que "financiamento não resolve" o problema dos produtores e que para mecanizar a agricultura é preciso que a classe se organize através de cooperativas. "Não é papel da Sagri disponibilizar uma megapátrulha para o campo. Isso aconteceu no passado. Não podemos pensar agricultura só como plantar e colher", afirmou.

Uma queda-de-braço com os bancos

Os maiores alvos de prefeitos, secretários municipais de Agricultura e agricultores na sessão especial foram os bancos, considerados vilões da frágil agricultura paraense. Mas o superintendente do Banco do Brasil, Valdemir Diniz, com o aval do representante do Banco da Amazônia (Basa), o analista de crédito José Américo de Melo, falou exatamente o contrário. "Não falta crédito agrícola no Pará, à exceção do BNDES/Pronaf, que está suspenso temporariamente", destacou.

O que falta, na avaliação do superintendente, é maior organização dos agricultores para ter acesso aos recursos disponíveis, aliada à responsabilidade do pagamento da dívida. Ele informou que o Pronaf no Estado já possui uma inadimplência de 11% e o

Proger Rural, de 20%. "Os recursos são governamentais, mas o risco é do banco. Precisamos do mínimo de ânimo e certeza de que teremos liquidez quando fazemos algum empréstimo", salientou.

O representante do Basa declarou que o banco hoje atende quase 30 mil produtores rurais do Estado e que desde 1991 já investiu R\$ 500 milhões no setor, através de financiamentos do FNO especial e Proceara para mini produtores, com valores até R\$ 12 mil.

O vice-presidente da Amug, prefeito Osmundo Naif, de Marapanim, enfatizou que a maior proposta da associação é "sair da teoria para a prática". E a prática é o investimento na mecanização da agricultura, com a compra de

patrulhas mecanizadas em forma de consórcio entre os prefeitos de cada região. Mas ele garante que ainda "falta vontade política dos Executivos e Legislativos". "Só queremos deixar claro que hoje existe seriedade nos municípios", completou.

Sidney Rosa, prefeito de Paragominas, acredita que a única alternativa para a geração de renda no Estado é "alavancar a agricultura com tecnologia", além de crédito, escoamento, agroindústria e infra-estrutura. Ele citou que a produção na "roça de teco", com métodos tradicionais, é de 15 sacos de 50 quilos por hectare, enquanto com a mecanização seria possível produzir 80 a 100 sacos. "Com a irrigação no Estado, no verão, poderíamos ainda ter duas safras em um ano", previu.